

# **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

## **PROJETO DE LEI Nº 5.223, DE 2001**

Altera os incisos I e II do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para aumentar o prazo em que o consumidor tem o direito de reclamar de vícios aparentes ou de fácil constatação em produtos e serviços.

**Autora:** Deputada NAIR XAVIER LOBO

**Relator:** Deputado WELINTON FAGUNDES

### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei que intenta modificar o texto do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, com o objetivo de dilatar o prazo em que o consumidor pode reclamar de vício aparente em produto ou serviço. No texto vigente, o prazo é de trinta dias para reclamação sobre vício aparente em produto ou serviço não durável e de noventa dias no caso de produto ou serviço durável. A ilustre Autora pretende ampliar esses prazos para noventa dias e cento e oitenta dias, respectivamente.

Na justificação da proposta, argumenta que os prazos atuais são insuficientes para atender todas as situações, especialmente os casos em que o consumidor adquire a mercadoria longe do seu domicílio, ou não pode ausentar-se do local de trabalho durante o horário comercial. Aduz a nobre Autora que o prazo disponível para o consumidor reclamar de defeito aparente equivale ao prazo de garantia, no caso de o fornecedor não especificá-lo.

Sendo assim, a dilatação do prazo para apresentar reclamação equivaleria à dilatação do prazo de garantia do produto ou serviço.

A proposição não recebeu emendas, dentro do prazo regimental.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Um grande número de fornecedores oferece garantia de seus produtos e serviços, essa garantia costuma valer por um período determinado, em alguns casos três meses, em outros seis meses, um ano, ou mais, dependendo da natureza e das características do produto. Por outro lado, há fornecedores que se omitem e não oferecem garantia alguma, deixando o consumidor sem proteção contra eventuais vícios do produto ou serviço.

A Lei nº 8.078, em seu art. 26, estabeleceu que o consumidor tem prazo de trinta dias para reclamar de vício aparente de produto ou serviço não durável e de noventa dias para reclamar de vício aparente de produto ou serviço durável. Houve aí um grande avanço, qual seja, os fornecedores omissos, que não ofereciam garantia alguma, passaram a oferecer, de forma compulsória, garantia de seus produtos e serviços, pelo prazo previsto na Lei.

O mérito da proposição sob análise é ampliar o prazo da garantia compulsória e obrigar fornecedores omissos em relação ao prazo de garantia a responsabilizarem-se pelos vícios do produto ou serviço por um prazo de noventa dias, no caso dos não duráveis, e por cento e oitenta dias, no caso dos duráveis.

Essa ampliação do prazo para reclamar beneficia o consumidor de pelo menos três maneiras. Primeiramente, porque produtos e serviços terão um prazo de garantia maior. Em segundo lugar, porque haverá mais tempo para o consumidor apresentar sua reclamação, beneficiando especialmente aqueles que adquirem mercadorias em outra cidade ou não dispõem de tempo livre durante o horário comercial. O terceiro benefício é que, em função do

alongamento do prazo de garantia compulsória, os fornecedores certamente ofertarão ao mercado produtos e serviços com maior qualidade.

Pelas razões acima declaradas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.223, de 2001.

Sala da Comissão, em        de        de 2001.

Deputado WELINTON FAGUNDES  
Relator